



Plenário vota criação de fundo de compensação ambiental

Medida provisória abre a pauta de votações, que tem ainda a inclusão de 13 municípios goianos e mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal

Moráira Muniz/Agência Senado — 6/3/2018



Texto que deve ser votado amanhã é um projeto de lei de conversão apresentado por Jorge Viana (D), relator da MP que cria um fundo de compensação ambiental

Os senadores devem votar nesta semana a medida provisória que cria um fundo com recursos arrecadados de compensação ambiental. O dinheiro será destinado à implantação de áreas de preservação já previstas e também vai ajudar na fiscalização dos parques existentes. O texto tranca a pauta de votações do Plenário.

Outra proposta na ordem do dia é a que inclui 13 municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. O Plenário pode votar ainda projeto sobre direitos das presas grávidas ou que tenham filhos recém-nascidos ou com deficiência. **3**

Eunício avalia que Congresso cumpre o seu papel **2**

Projeto quer evitar tragédias com sem-tetos **3**

Iluminação do Congresso alerta à paz no trânsito **8**

ARQUIVO **S**

Há 130 anos, Senado e Câmara aprovaram fim da escravidão

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que a Lei Áurea foi aprovada pelo Parlamento em tempo recorde — em apenas cinco

dias. A aprovação, porém, não foi por unanimidade. Senadores e deputados ligados aos fazendeiros tentaram derrubar o projeto de lei da abolição. **4 e 5**



Desenho da Revista Ilustrada em 1888 mostra negros festejando Lei Áurea

Em cúpula de paz, Collor e Chaves buscam aproximação com Coreias

Na semana passada, os membros da Comissão de Relações Exteriores Fernando Collor e Pedro Chaves representaram o Senado na Cúpula das Coreias. No evento, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, acorda-

ram buscar o desarmamento nuclear e, ainda neste ano, um tratado de paz.

Os senadores promoveram a aproximação com o governo norte-coreano, em reunião com o vice-primeiro ministro e o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do país. **7**

Collor (E) e Pedro Chaves (C) encontram o chefe de Estado da República Democrática Popular da Coreia, Kim Yong-nam

Governo diminuiu gasto com ensino superior, dizem professores

Em debate na Comissão Senado do Futuro, na sexta-feira, professores da UnB disseram que o governo diminuiu o gasto com as universidades. Mas representantes do Ministério da Educação afirmaram que o previsto para 2018 está sendo cumprido. **6**

Há 195 anos foi criada a primeira Constituinte brasileira

Em 3 de maio de 1823, foi instalada, no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, primeira representação política nacional a funcionar no país e reconhecida como o início do Legislativo brasileiro. **8**

Sessão ressalta papel dos líderes comunitários

O Dia Nacional dos Líderes Comunitários, comemorado no sábado, foi homenageado pelo Plenário do Senado

na sexta-feira. Na sessão especial, que contou com a presença de líderes comunitários, religiosos e políticos,

o senador Hélio José e os convidados destacaram a importância desse trabalho voluntário. **3**



Hélio José (C) comanda sessão especial do Plenário que homenageou o Dia Nacional dos Líderes Comunitários

Gabinete do senador Fernando Collor

Genildo Magalhães/Agência Senado

Marcos Brandão/Senado Federal — 6/3/2018



Eunício Oliveira afirma que a produção do Congresso não é só medida por votação, mas também por debates

Legislativo cumpre papel com sociedade, diz Eunício

Para presidente do Senado, mesmo em ano de Copa do Mundo e de eleições, Congresso continua prestando serviço com debates e audiências, além de votações. Ele ainda destacou economia de recursos

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, fez uma avaliação do trabalho no Congresso e concluiu que, mesmo em ano de Copa do Mundo e de eleições gerais, o Legislativo continua cumprindo seu papel com a sociedade, uma vez que, além da votação de propostas, o debate tem papel fundamental. Segundo ele, quando os parlamentares dialogam com autoridades e representantes da sociedade civil, seja nos gabinetes ou nas audiências públicas e sessões temáticas, agem para fomentar a discussão e as soluções de assuntos de interesse dos cidadãos.

— A produção do Congresso não é apenas votação de

matéria. É debate de matéria. Esta é a Casa do debate. Esta é a casa do povo brasileiro, do sentimento e da vontade das pessoas como um todo, representadas aqui pelos seus parlamentares e cada um representando, inclusive, os seus estados e o país. No ano passado, nós tivemos o maior número de votações da história deste Congresso.

Economia

O senador destacou que o Senado é exemplo na economia de recursos públicos e lembrou que, no último ano, a instituição devolveu dinheiro à União para que pudesse ser aplicado em áreas como saúde e educação. Foram R\$

203 milhões resultantes das medidas de economia e racionalização de gastos adotadas pela presidência ao longo de 2017 e do cumprimento do teto estabelecido pela Emenda Constitucional 95.

— Eu quero deixar bem claro: na questão de gastos, o Senado fez o seu dever de casa. Como se diz, a palavra convence, mas o exemplo tem que arrastar. Infelizmente, o nosso exemplo não arrastou outros entes da Federação para a devolução e a economia de recursos. Pelo contrário, nós tivemos que aprovar quase 26 projetos de acréscimo de despesas no final do ano — disse.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Senado homenageará a Campanha da Fraternidade

O Senado fará hoje, a partir das 11h, sessão especial em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2018, cujo tema é a Superação da Violência. Fátima Bezerra (PT-RN), autora do requerimento para realização da sessão, destacou que o tráfico de drogas, a falta de valorização da família e a ausência de políticas públicas

são fatores graves que têm propiciado o aumento da violência.

As campanhas da fraternidade são ações anuais realizadas pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A CNBB vem aprofundando a questão da violência desde 2016, quando decidiu se pla-

nejar para debater o assunto em 2018.

O secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Steiner, ressaltou que a violência está presente em vários segmentos da sociedade, seja na rua, dentro de casa, nos meios de comunicação, pela condição social, pelo gênero e até na intolerância das palavras.

Comissão debate controle das despesas com educação

A Comissão de Educação (CE) vai promover uma audiência pública interativa hoje às 10h para debater o controle externo das despesas com educação. O requerente do debate, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), justifica que os bons resultados da experiência mineira nesse controle e na concretização do Plano Nacional de Educação podem ser de grande valia para a CE.

Para a audiência, estão convidados o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

do Rio Grande do Sul (TCE-RS) Cezar Miola e a assessora da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) Naila Garcia Mourthé. A procuradora Éliada Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, completa a lista de convidados.

Libras

O encontro vai contar com o serviço da linguagem brasileira de sinais (Libras).

No requerimento para a realização da audiência,

Anastasia elogia o Programa Na Ponta do Lápis, desenvolvido pelo TCE-MG. Segundo o senador, o programa visa ampliar o espectro da análise das despesas com educação. A ideia é não mais limitar o trabalho do tribunal à aferição do investimento mínimo constitucional dos recursos, mas também avaliar a excelência, a economicidade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade na execução das ações.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CCS Violência contra profissionais

9h Seminário sobre violência contra profissionais de comunicação. Às 14h, pauta de 7 itens.

CDH Concentração de renda

9h Audiência interativa sobre concentração de renda no Brasil. Às 14h, debate a respeito dos direitos do servidor público.

CE Despesas com educação

10h Audiência interativa para discutir controle externo nas despesas com educação.

SESSÃO ESPECIAL Campanha da CNBB

11h Homenagem à Campanha da Fraternidade de 2018, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

CRE Disputas comerciais

18h Dentro do ciclo de debates sobre o Brasil e a ordem internacional, painel sobre como disputas comerciais internacionais podem se transformar em oportunidades para o país.

TERÇA

CI Sabatina para a Antaq

9h Sabatina de Adalberto Tokarski, reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Em seguida, deliberativa com 11 itens, entre eles, o PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.

ESTATUTO DO TRABALHO Direito

9h Audiência interativa para debater direito processual do trabalho.

MP 814/2017 Venda da Eletrobras

9h Análise do relatório

CAE Diretor da IFI

10h Audiência interativa com a participação do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, para debater acompanhamento dos principais indicadores fiscais e econômicos. Em seguida, deliberativa com 14 itens, entre eles, o PLC 70/2014, que proíbe uso de animais em testes de cosméticos.

CCJ Despesas com presos

10h Audiência interativa para discutir o PLS 580/2015, que obriga preso a ressarcir o Estado.

CRA Assentamentos rurais

11h Audiência interativa para tratar da reforma agrária, da política de assentamentos rurais e da devastação da Floresta Amazônica.

SESSÃO SOLENE Dia das Mães

11h Sessão solene de comemoração ao centenário da comemoração do Dia das Mães no Brasil.

CE Aplicação do Ideb

11h30 O PLS 299/2014, que institui em lei a aplicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é um dos 14 itens.

QUARTA

CMA Patentes verdes

11h30 Entre 16 itens, o PLS 158/2012, que prioriza o registro de patentes verdes.

CAS Calçados esportivos

14h Audiência sobre impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos.

CPI DOS MAUS-TRATOS Requerimentos

14h Análise de requerimentos.

LEI KANDIR Relatório

14h30 Apresentação do relatório.

MP 818/2018 Estatuto da Metrópole

15h Análise de relatório.

CONGRESSO Intervenção federal

15h Sessão conjunta destinada à votação de projetos, entre eles o PLN 7/2018, que altera a Lei Orçamentária de 2018 para viabilizar o provimento de cargos destinados à composição do Gabinete do Intervenitor Federal no Rio de Janeiro e de cargos em comissão destinados preferencialmente às atividades de direção e assessoramento em segurança pública.

CAS Exames de vista e de audição

9h O PLC 104/2015, que exige exame de vista e audição nos alunos do ensino fundamental, é um dos 12 itens.

CDR Zona Franca Verde

9h A comissão pode votar o PLS 68/2016, que amplia benefícios tributários à Zona Franca Verde, e mais 8 itens.

CI Isenção de pedágio

9h Audiência para discutir o PLC 8/2013, que garante isenção de pedágio para quem mora perto de praça da cobrança.

CE Agricultura familiar

9h30 Audiência sobre o PLC 4/2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar. Entre os convidados, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

CTFC Medidas de combate ao fumo

11h Na pauta, o PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao fumo.

PLENÁRIO Paz no processo eleitoral

11h Sessão de debates temáticos para discutir o tema "a paz no processo eleitoral".

CMCVM Guarda compartilhada

14h30 Audiência para discutir desafios e possibilidades da guarda compartilhada frente à violência doméstica.

CÓDIGO COMERCIAL Contratos

14h30 Audiência sobre contratos do agronegócio no projeto de Código Comercial e sobre a compatibilidade do PLS 487/2013 com o Código de Processo Civil.

QUINTA

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimento

10h Reunião de trabalho e depoimento de Alexandre Christian Mathieu Salaun, que responde na Justiça por abandono de incapaz.

MP 821/2018 Segurança pública

10h Audiência sobre a MP que criou o Ministério de Segurança Pública, com a participação, entre outros, do ministro do STF Alexandre de Moraes e do ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MP sobre compensação ambiental tranca pauta

Plenário precisa votar medida provisória para liberar a pauta, que tem ainda projeto que inclui mais 13 municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal

A PAUTA DO Plenário do Senado está travada por uma proposta originada da medida provisória que cria um fundo com recursos arrecadados de compensação ambiental. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2018, apresentado em substituição à Medida Provisória (MP) 809/2017, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita em regime de urgência no Senado. O texto perde a vigência no dia 13.

Os recursos do fundo vão viabilizar a criação de áreas de preservação já previstas, além de ajudar na fiscalização dos parques existentes e na contratação de mais brigadistas para combater os incêndios florestais.

Caberá ao Instituto Chico Mendes (ICMbio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir o fundo. A compensação ambiental é paga pelos responsáveis por empreendimentos com expressivo impacto ambiental, como a construção de fábricas de grande porte ou hidrelétricas.

Apresentado pelo senador

Jorge Viana (PT-AC), o projeto de lei de conversão acolheu a permissão para que serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais sejam concedidas para a exploração de atividades de visitação.

Funcionários

A proposição também autoriza o ICMbio e o Ibama a contratar pessoal por tempo determinado pelo período de dois anos, prorrogável por um ano. Antes da MP, o prazo máximo de contratação era de seis

meses. Uma das finalidades é o combate a incêndios.

Os funcionários contratados temporariamente poderão atuar em caráter auxiliar em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas e também na proteção e apoio operacional à gestão das unidades de conservação, entre outras atividades.

Outro projeto na pauta do Plenário é o PLC 102/2015 — Complementar, que inclui 13 municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

(Ride-DF). Pelo texto, passam a fazer parte da região 11 municípios goianos: Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São Gabriel, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício. E ainda os municípios mineiros de Arinos e Cabeceira Grande.

A proposta será votada em turno suplementar, o que poderá ocorrer mesmo com a pauta travada pelo PLV 5/2018. Criada pela Lei Complementar 94, de 1998, a Ride-DF é composta por 22 muni-

cípios. O projeto visa apenas ampliar a área de abrangência, com base no argumento de que existe um conjunto de municípios limítrofes a essa região que apresentam uma forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Mães presas

Deverá ser votado ainda o Projeto de Lei do Senado 64/2018, que transforma a prisão preventiva em domiciliar para gestantes e para mães de crianças recém-nascidas ou de pessoas com deficiência.

O projeto, da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), torna lei uma decisão de 2016 do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a troca da prisão preventiva pela domiciliar para grávidas, puérperas (mães recentes) e mães de criança com deficiência.

O projeto ainda trata dos direitos das grávidas ou mães de filhos com deficiência já condenadas. Hoje essas detentas recebem o mesmo tratamento dos demais presos e precisam cumprir prazos mínimos para obter a progressão de regime. O projeto acaba com esses prazos.



Relator da MP, Viana (D) inseriu no texto a permissão para exploração de atividades de visitação nos parques

Sessão destaca importância de líderes comunitários

O Plenário do Senado celebrou na sexta-feira o Dia Nacional dos Líderes Comunitários, comemorado no sábado.

O requerimento para a homenagem foi de Hélio José (Pros-DF). Na sessão especial, que contou com a presença de líderes comunitários, religiosos e políticos, o senador destacou a importância desse trabalho voluntário.

— A liderança é porta-voz de sonhos, necessidades e demandas que as comunidades apresentam perante instâncias decisórias. A liderança comunitária é um chamado, um desejo que vem do coração de cada um. É um trabalho voluntário de entrega, sacrifício e tempo em favor das necessidades da coletividade.

O pároco da Catedral Metropolitana de Brasília, padre João Firmino, representou no evento a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele lembrou que, muitas vezes, os líderes comunitários usam os espaços das igrejas para promover reuniões.

— Que todos os que lutam como líderes comunitários, a exemplo de Cristo, possam aglutinar o bem, defendendo os direitos e apresentando os deveres na busca do bem comum — afirmou.

Honestidade

O pastor José Noval Pereira Leite, vice-presidente da Convenção Nacional Ministério de Brasília, destacou a honestidade como a principal característica de um bom líder comunitário.

— Tenha uma liderança ilibada, com honestidade, apreço, amor, carinho e, sobretudo, pensando no próximo — disse.

O líder comunitário Natan Rodrigues, de Santa Maria (DF), alertou para problemas nas áreas de segurança pública, transporte, saúde e educação.

— Nós, lideranças, sabemos o que está acontecendo nas cidades — disse.

Líder comunitário do Núcleo Bandeirante (DF), Walter Marques criticou os colegas que se aliam a governantes em troca de benefícios pessoais.

— O líder comunitário de verdade não se vende a político corrupto, não se dobra diante de administrador insensível. Pelo contrário: ele tem coragem de abrir a boca e denunciar todas as injustiças.

Projeto pretende evitar casos como o dos sem-teto em SP

A tragédia do Edifício Wilton Paes de Almeida, que desabou no Centro de São Paulo na terça-feira, deixando pessoas desaparecidas e centenas de desabrigados, deve reacender o debate sobre reintegração de posse. O prédio, que pertencia à União mas estava abandonado desde 2001, era ocupado por famílias carentes. Um projeto em análise no Senado inclui o Ministério Público na fiscalização das ações de reintegração de posse cumpridas por forças policiais (PLS 166/2017).

Apresentada por Paulo Rocha (PT-PA), a proposta está pronta para a pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção, segundo o senador, é evitar novas tragédias como o assassinato de dez trabalhadores rurais que cumpriam mandados judiciais na Fazenda Santa Lúcia, zona rural do município de Pau-d'Arco (PA), em maio do ano passado.

Outro episódio que ficou marcado por denúncias de abuso de poder e violações de direitos humanos durante uma ação de reintegração de posse ocorreu em janeiro de

2012, quando 2 mil soldados da Polícia Militar de São Paulo desalojaram cerca de 1,6 mil famílias que ocupavam um terreno de 1,3 milhão de metros quadrados em São José dos Campos (SP), conhecido como favela do Pinheirinho. Os policiais executavam uma decisão judicial de reintegração de posse em favor da massa falida do grupo Selecta S/A.

Para Paulo Rocha, apesar de a legislação prever a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nos litígios coletivos pela posse da terra e edificações, essa fiscalização é realizada apenas dentro dos autos, incapaz de impedir que graves violações de direitos humanos possam ocorrer no cumprimento das decisões judiciais.

O projeto tem voto favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que apresentou duas emendas. Ele retirou a palavra “despejo” da proposta, argumentando que se trata de relação contratual prevista na Lei do Inquilinato. Também suprimiu a expressão “remoção de famílias”, pois entende que pode dificultar a tramitação do processo judicial.



Hélio José (D) preside sessão especial no Plenário em homenagem ao Dia Nacional do Líder Comunitário

Senado e Câmara aprovaram Lei Áurea em 5 dias

Ocorrida há 130 anos, libertação dos escravos enfrentou resistência de parlamentares ligados aos fazendeiros do café, que só admitiam a abolição se fosse gradual, não abrupta, e houvesse pagamento de indenização

Ricardo Westin

A LEI MAIS famosa da história do Brasil completará 130 anos neste domingo. Em 13 de maio de 1888 (também um domingo), a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, libertando os escravos e implodindo o famigerado sistema socioeconômico que vigorava desde o Descobrimento.

A Lei Áurea nasceu em tempo recorde. O governo imperial enviou ao Parlamento numa terça-feira o projeto de lei que aboliria a escravidão. Os deputados aprovaram o texto na quinta. Os senadores, no domingo. A lei foi sancionada pela princesa imediatamente, e o Rio, capital do Império, explodiu em festa.

A aprovação, contudo, não foi unânime. Documentos guardados no Arquivo do Senado revelam um lado pouco conhecido da história: houve um grupo de parlamentares — reduziço, porém ruidoso — que se posicionou contra a Lei Áurea. Cinco senadores e nove deputados votaram pela derrubada do projeto.

Defensores dos interesses dos fazendeiros do café, eles profetizaram em tom catastrofista que o fim abrupto do trabalho escravo tornaria a agricultura inviável e, como consequência, levaria a economia nacional à ruína.

Principal líder da bancada escravagista, o senador Barão de Cotegipe (BA) discursou:

— Tenho conhecimento da nossa lavoura, especialmente das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e afianço que a crise será medonha. A verdade é que haverá uma perturbação enorme no país durante muitos anos.

O senador Paulino de Souza

(RJ), ele próprio um latifundiário do Vale do Paraíba (região entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), bateu na mesma tecla:

— O elemento servil é o único trabalho organizado em quase todo o país, inclusive na extensa e rica zona das margens do Rio Paraíba, que tem sido nestes últimos 50 anos a oficina da riqueza nacional. Eu, ligado por muitos laços com os outros produtores da região, tenho o dever de colocar-me na resistência, em defesa de tamanhos e tão legítimos interesses, que entendem tanto com a fortuna particular como com a ordem econômica e financeira do Estado.

Em outra frente, Cotegipe classificou o projeto de inconstitucional:

— A Constituição, as leis civis, as eleitorais, as de impostos etc., tudo reconhece o escravo como propriedade. Mas, de um traço de pena, legisla-se que não existe mais tal propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção a direitos adquiridos? Daqui a pouco se pedirá a divisão dos latifúndios, a expropriação, por preço mínimo ou de graça. Esperem. O primeiro passo é o que custa a dar, depois...

Caridade e filantropia

Pela rejeição do projeto da Lei Áurea, Cotegipe chegou a recorrer a argumentos humanitários:

— Agora entro no mar da caridade e da filantropia e pergunto qual é a sorte dos libertados, quais os preparativos para que aqueles que abandonarem as fazendas tenham ocupação honesta. Temos um frisanse exemplo no Peru. Ali, os escravos foram de uma vez libertados. Uma pequena parte continuou



A princesa Isabel surge nos balcões do Paço da Cidade e é aplaudida pela multidão logo depois de sancionar a Lei Áurea

nas fazendas, outra parte morreu pelas estradas e nos hospitais, e outra foi morta a tiro. Quer dizer que estes últimos se tornaram saqueadores, atacavam os viandantes e as fazendas e praticavam toda casta de barbaridade.

A bancada abolicionista reagiu. O senador Dantas (BA) assegurou que o discurso dos dois colegas contrários à Lei Áurea era exagerado e falso:

— Nos últimos 17 anos [por força da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários], 800 mil escravos desapareceram do Brasil. É justamente neste período que se nota a maior riqueza no país, grande aumento de trabalho e produção e, como consequência, considerável elevação da renda pública. Se foram essas as consequências da diminuição do trabalho escravo em mais da metade, o que se deve esperar é que o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas não produzirá a nossa ruína, antes aumentará



Trabalho de escravos negros foi a base da economia nacional até o final do século 19

a nossa prosperidade, graças ao trabalho livre e nobilitado.

O senador João Alfredo (PE) explicou que, concretizada por meio de lei e conforme o desejo da Coroa e do Parlamento, a abolição seria uma medida prudente e estratégica, pois impediria o país de mergulhar numa guerra civil entre abolicionistas e escravagistas, tal qual a Guerra de Secessão, que arrasara os Estados Unidos duas décadas antes. A preocupação não era exagerada. O Brasil já assistia a confrontos isolados e até sangrentos entre os dois lados.

— Muito infeliz foi o Brasil herdando a escravatura. Porém, mais infeliz será se a sua extinção não for conseguida mediante sábias cautelas e previsões, de modo que não acarrete graves perturbações — disse João Alfredo. — Ninguém aspira à extinção com mais ardentes votos do que eu, mas desejo a reforma com espírito e processo conservadores.

Décadas antes, dom Pedro II havia fechado com a poderosa classe dos latifundiários uma espécie de acordo tácito por meio do qual a escravidão não seria abolida repentinamente. Em vez disso, seria eliminada de forma lenta, gradual e segura, de

modo a não provocar nenhum grande abalo nas plantações, responsáveis pela sustentação política e econômica do Império. Foi buscando a abolição gradual que se aprovaram a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Pela primeira, os filhos de escravas passaram a ganhar a liberdade aos 60 anos. As duas leis bastariam para que a escravidão encolhesse até desaparecer naturalmente por volta de 1930. Considerando a alta taxa de mortalidade dos negros e o crescente número de cartas de alforria, o fim poderia vir antes disso.

— Sempre que penso que hoje o Brasil é a única nação do mundo cristão com escravos, sinto uma revolta contra esse obscurantismo e contra o desconhecimento dos direitos da civilização, do cristianismo e da liberdade. Temos que acabar de uma vez com essa instituição daninha e maldita que ainda existe. A grande reviravolta ocorreu em junho de 1887, quando dom Pedro II viajou para a Europa com o objetivo de cuidar da saúde, debilitada pelo diabetes, e a princesa Isabel assumiu a Coroa pela terceira e última vez. Católica fervorosa e abolicionista convicta, ela decidiu que era o momento de romper o acordo pela abolição gradual e sepultar imediatamente a escravidão.

Plano só não vingou em 1887 porque o primeiro-ministro do Império era o Barão de Cotegipe, o mesmo senador que no ano seguinte faria discursos inflamados contra o projeto da Lei Áurea. O primeiro-ministro escravagista fez de tudo para frear os impetuosos da princesa.

Apoiados por Isabel, senadores e deputados apresentaram

diversos projetos de lei abolicionistas em 1887. Uma proposta do senador Dantas previa o fim da escravidão para 31 de dezembro de 1889 e uma espécie de reforma agrária, com os ex-escravos sendo assentados em glebas às margens de rios e ferrovias. Um projeto do senador Escagnolle Taunay (SC) marcava a abolição para o Natal de 1889, com a obrigação de os ex-escravos continuarem trabalhando para os ex-senhores por mais um ano, agora com salário. A proposta também determinava que o governo espalharia os libertos pelo Império, de modo a evitar a sua "acumulação" nas cidades.

Manobra da princesa

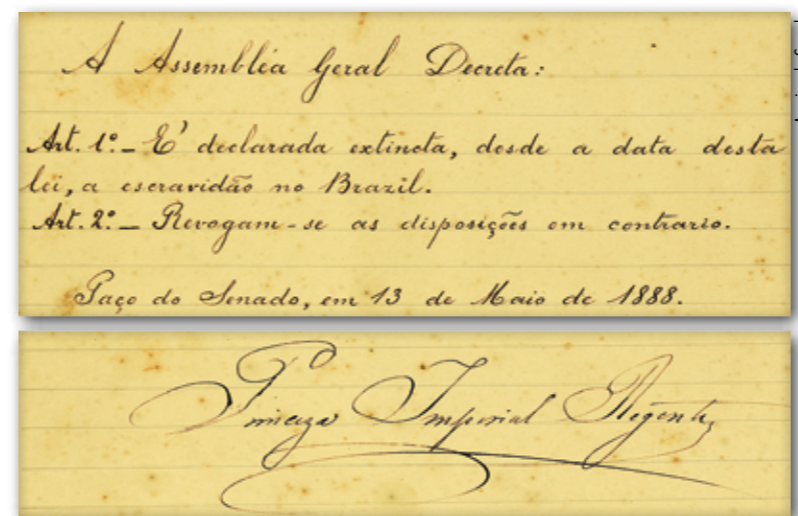
O primeiro-ministro conseguiu engavetar todos os esboços da Lei Áurea. A princesa, então, percebeu que, se quisesse que a causa abolicionista prosperasse, teria que derrubar o chefe do gabinete ministerial. Em março de 1888, usando como desculpa um incidente na segurança do Rio, Isabel exigiu que Cotegipe demitisse o chefe de polícia da capital. Ofendido, ele se recusou a fazê-lo e renunciou.

Livre do incômodo primeiro-ministro, a princesa escolheu como substituto o senador João Alfredo, afinado com as ideias abolicionistas. Isabel, que já tinha o apoio popular, ganhou o respaldo político que lhe faltava para acabar com a escravidão.

Em 3 de maio, na fala do trono (discurso com o qual a Coroa abria os trabalhos do Parlamento), Isabel avisou aos senadores e deputados que queria a aprovação da Lei Áurea, "aspiração aclamada por todas as classes". No dia 8, a proposta do governo chegou à Câmara. No dia 13, o succincto projeto — com dois ar-



A Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel (ao lado) em 1888, contém apenas dois sucintos artigos. O documento original (abaixo) está sob a guarda do Arquivo do Senado



A sessão Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivoS>

O Império combate a escravidão

Ao longo de seis décadas, a Coroa adotou várias medidas contra o trabalho escravo

1823 Durante a elaboração do que seria a **primeira Constituição do país**, o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva propõe que a Carta Magna acabe com a escravidão no Império. A ideia não vinga — tampouco a Constituinte, dissolvida por dom Pedro I sem aprovar a Constituição proposta

1831 O Reino Unido impõe uma série de exigências para reconhecer a Independência do Brasil, como a **eliminação do tráfico de escravos**. Em 1826, os dois países assinam um acordo com essa previsão. A lei correspondente (Lei Feijó) vem em 1831, mas acaba virando letra morta

1850 Incomodado com o pouco caso do Brasil, o Reino Unido cria em 1845 uma lei que lhe dá poder para aprisionar qualquer barco negro que estiver navegando em águas internacionais. Sob pressão, o Brasil aprova em 1850 a **Lei Eusébio de Queiroz**, reprimindo de fato o tráfico de escravos

1864-1870 Diante da falta de voluntários, os escravos são empurrados para lutar na **Guerra do Paraguai**. Quando voltam, ganham como prêmio a liberdade. A sociedade, então, começa a questionar a escravidão. Além disso, o Brasil escravocrata obriga o Paraguai a abolir a escravatura em seu território



Contradição: vitorioso no Paraguai, soldado negro volta livre e se choca com a escravidão



Lei prevê a liberdade aos recém-nascidos

1871 A **Lei do Ventre Livre** (ou Lei Rio Branco) estabelece que os filhos de escravos nascerão livres. A ideia, com isso, é fazer uma abolição gradual: sem mais nenhum escravo novo a partir de então, a escravidão naturalmente desaparecerá no início do século 20

1885 A **Lei dos Sexagenários** (ou Lei Saraiva-Cotegipe) prevê que todos os escravos obterão a liberdade assim que chegarem aos 60 anos. Trata-se de mais uma lei que busca a abolição gradual, sem choques para os grandes fazendeiros

1887 O presidente do Clube Militar (e futuro presidente da República), Deodoro da Fonseca, escreve à princesa Isabel pedindo que os soldados do Exército deixem de ser destacados para **capturar negros fugitivos**. Ele argumenta: "Impossível, senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre"

1888 A princesa Isabel pede a deputados e senadores: "Confo que não hesitarem em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições". Dias depois, a Câmara e o Senado aprovam a **Lei Áurea**



Pintura de Pedro Américo ilustra a abolição

Fonte: livro D. Pedro II e a Emancipação dos Escravos, de Mauro Henrique Miranda de Alcântara

mentares demorou mais do que o previsto porque o centro da cidade estava tomado por uma multidão efusiva.

— Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida se não fosse saber meu pai enfermo — disse Isabel aos senadores.

A profecia dos escravocratas não se concretizaria. A libertação dos escravos, abrupta e sem indenização, não levou o Brasil à ruína. Mas implodiu o Império. Os latifundiários do café retiraram a sustentação que vinham dando à Coroa e, em 1889, uma delegação de senadores foi encarregada de levar-lhe o livro de leis, onde ela, com uma pena de ouro, deixaria sua assinatura. O trajeto dos parla-

mentares demorou mais do que o previsto porque o centro da cidade estava tomado por uma multidão efusiva.

— Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida se não fosse saber meu pai enfermo — disse Isabel aos senadores.

A profecia dos escravocratas não se concretizaria. A libertação dos escravos, abrupta e sem indenização, não levou o Brasil à ruína. Mas implodiu o Império. Os latifundiários do café retiraram a sustentação que vinham dando à Coroa e, em 1889, uma delegação de senadores foi encarregada de levar-lhe o livro de leis, onde ela, com uma pena de ouro, deixaria sua assinatura. O trajeto dos parla-

mentares demorou mais do que o previsto porque o centro da cidade estava tomado por uma multidão efusiva.

— Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida se não fosse saber meu pai enfermo — disse Isabel aos senadores.

A profecia dos escravocratas não se concretizaria. A libertação dos escravos, abrupta e sem indenização, não levou o Brasil à ruína. Mas implodiu o Império. Os latifundiários do café retiraram a sustentação que vinham dando à Coroa e, em 1889, uma delegação de senadores foi encarregada de levar-lhe o livro de leis, onde ela, com uma pena de ouro, deixaria sua assinatura. O trajeto dos parla-

Verba para universidade federal divide debate

Em audiência sobre cortes nos programas de ensino e pesquisa, professores reclamaram da redução de verbas, e representantes do MEC garantiram cumprir Orçamento

A AFIRMAÇÃO DO governo de que o Ministério da Educação está liberando a totalidade das verbas destinadas à Universidade de Brasília (UnB) e às outras instituições de ensino superior gerou polêmica na audiência da Comissão Senado do Futuro na sexta-feira.

A reunião foi requerida pelo presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), para discutir a crise da UnB, que à semelhança das outras instituições de ensino superior federais, estão realizando profundos cortes nos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o chefe de gabinete da Reitoria da UnB, Paulo Cesar Marques, apesar de o MEC declarar que está se cumprindo o Orçamento de gastos com as universidades, o que se gasta está diminuindo.

— Ao se comparar os dados que o Ministério da Educação apresentou aqui na comissão, verifica-se que as verbas de custeio de 2018 são menores que as de 2017. Ou seja, as universidades estão tendo de fazer

cortes. Isso não é por acaso, é o projeto de país que está se levando adiante — declarou.

O representante da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu), Weber de Souza, declarou que a pasta tem de se submeter à legislação orçamentária e por isso não pode aumentar gastos com as universidades federais, mas que, tendo a UnB uma previsão de gastos de até R\$ 189 milhões, a destinação de R\$ 229 milhões à instituição está “dentro do razoável”. Técnico

da Sesu, Francisco Wayne, afirmou que o ministério está seguindo o planejamento de 2018.

— Há uma diretriz do MEC de manter as verbas de custeio. Nosso limite de pagamento pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos, é de R\$ 18 bilhões. E temos quase R\$ 30 bilhões para pagar somando todos os outros gastos, pois há ainda vários compromissos de 2017.

O presidente da Associação dos Docentes da UnB

(ADUnB), Virgílio Caixeta Arraes, afirmou que o governo retém no Tesouro Nacional o que a UnB e as outras universidades arrecadam em aluguéis e taxas.

— É a chamada rubrica ou fonte 250. Há o dinheiro que é depositado, mas o governo o retém para pagar suas contas. São quase R\$ 100 milhões desde 2012 — afirmou.

Segundo o secretário-executivo da Associação Nacional dos Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior

(Andifes), Gustavo Balduino, em uma economia deprimida, certamente não há arrecadação.

— Se as famílias estão endividadas, se estão subempregadas sem recolher impostos, não há verbas e financiamento para as universidades. E cada vez mais estudantes estarão vindo de famílias com menos recursos, precisando de apoio das universidades.

Questionado sobre senadores do DF terem votado a favor da Emenda Constitucional 95, Hélio José afirmou que eles haviam dado um voto de confiança ao governo Temer, que acabara de tomar posse.

— A emenda realmente está prejudicando a sociedade, mas nós acreditamos na informação de que ela seria importante para o equilíbrio das contas públicas — disse o senador.

Os participantes ainda destacaram as limitações de gastos que a Emenda 95 tem causado, mesmo quando há superavit com verbas da própria universidade.



Hélio José (C) debate crise das universidades públicas com representantes de professores, de estudantes e do MEC

Violência contra jornalistas é tema de audiência

A violência contra jornalistas é tema de audiência pública que o Conselho de Comunicação Social (CCS) promove hoje. As agressões a jornalistas registradas nos últimos meses durante cobertura de protestos políticos em São Paulo, Brasília e Curitiba têm gerado reações de entidades representativas dos jornalistas.

A audiência contará com a

participação do coordenador de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil, Aduauto Soares, do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo, e do presidente da Federação Nacional das Empresas de Rádio e Televisão, Guliver Augusto Leão.

Também foram convidados

o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Márcio Novaes, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, o secretário jurídico-adjunto da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (Fitert), Josemar Pinheiro, e a diretora de Redação do *Correio Braziliense*, Ana Dubeux.

Atribuições

Criado pela Constituição, com 13 membros titulares e igual número de suplentes, o Conselho de Comunicação Social tem como função a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Medida prorroga contratos de três ministérios por até um ano

O *Diário Oficial da União* publicou na sexta-feira a Medida Provisória 829/2018, que prorroga por até um ano 187 contratos dos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A nova data-limite é 15 de agosto de 2019.

Os contratos são referentes a técnicas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou novas atribuições por aumento transitório do volume de trabalho. Há também contratos de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho.

O Ministério da Cultura fica autorizado a prorrogar 108 contratos firmados a partir de 20 de maio de 2013. Outros 55 contratos do Mi-

nistério do Desenvolvimento Social, celebrados entre 1º de maio e 31 de dezembro de 2013, também são prorrogados com a medida. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações foi autorizado a prorrogar 24 acordos assinados até dezembro de 2013.

Esses contratos, de acordo com a Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (Lei 8.745 de 1993), teriam prazo máximo de cinco anos. O ano limite seria 2018, mas a MP alterou a data.

A medida será analisada agora em uma comissão mista. É nesta fase em que são apresentadas as emendas. Se aprovado, o texto será depois votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

(Com Agência Câmara)



Jornalistas protestam contra violência sofrida em manifestações

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Fernando Collor (C) e Pedro Chaves (4º à esq.) em encontro com Kim Yong-nam (4º à dir.), na Cúpula das Coreias

Senadores promovem aproximação com Coreias

Na semana passada, Fernando Collor e Pedro Chaves participaram de cúpula de paz em que as Coreias do Sul e do Norte concordaram em trabalhar para livrar a península de armas nucleares

OS SENADORES FERNANDO Collor (PTC-AL) e Pedro Chaves (PRB-MS) retornaram na sexta-feira ao Brasil, após terem representado o Senado na Cúpula das Coreias. No evento histórico, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, concordaram em trabalhar para livrar a península de armas nucleares e para transformar o armistício que encerrou a Guerra da Coreia em 1953 em um tratado de paz ainda este ano.

Pedro Chaves ressaltou a importância do ato. Para ele, “a paz e o fim da animosidade entre esses países mostram que todos somos capazes de superar dificuldades em nome de um bem maior”.

O encontro dos mandatá-

rios coreanos aconteceu em Panmunjon, zona desmilitarizada situada na fronteira das Coreias.

— No local pudemos ver os dispositivos militares e todo o aparato bélico usado naquela região. Tudo aquilo mantinha o clima de tensão entre as nações e dificultava ainda mais a possibilidade de paz — observou Chaves.

Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Chaves e Collor, que preside a comissão, aproveitaram a viagem para promover a aproximação entre os governos brasileiro e norte-coreano. Eles se reuniram com o vice-primeiro ministro, Ro Tu-chol, e o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Ho Yong-bok.

Os senadores também se encontraram com o chefe de Estado da República Democrática Popular da Coreia, Kim Yong-nam. Pedro Chaves destacou a importância de buscar relações comerciais com países da Ásia.

— O Brasil é o único país das Américas que possui embaixada na Coreia do Norte. A visita ao país neste momento tão importante, como é a Cúpula das Coreias, é essencial para estreitarmos as relações comerciais — ressaltou.

No ano passado, o Brasil foi o 8º país que mais comprou produtos vindos da Coreia do Norte, indicam dados compilados pela ONU. Durante o período, o comércio bilateral totalizou US\$ 10,75 milhões (cerca de R\$ 36 milhões).

Comissão discute disputa comercial entre países

A disputa comercial internacional é tema de audiência da Comissão de Relações Exteriores (CRE), hoje, às 18h. O painel faz parte do ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”.

Durante o debate, parla-

mentares e especialistas vão discutir as oportunidades e os desafios para o Brasil das disputas comerciais internacionais.

Foram convidados o doutor em economia pela Universidade de Londres e diretor do Centro de Estudos de Integra-

ção e Desenvolvimento, José Tavares de Araujo Júnior, e o doutor em economia e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Lucas Pedreira do Couto Ferraz.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Diretor da IFI participa de debate amanhã

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, participa amanhã, às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo é que ele explique o acompanhamento, feito pela instituição, dos principais indicadores fiscais e econômicos do país.

A IFI foi criada há três anos pela Resolução do Senado 42/2016 para ampliar a transparência das contas públicas. Mensalmente, são divulgados estudos, relatórios e notas técnicas sobre decisões da equipe econômica do governo federal, entre outros dados. São funções

do órgão divulgar estimativas de parâmetros para a construção de cenários fiscais e orçamentários, analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente, mensurar o impacto de eventos fiscais e projetar a evolução de variáveis fiscais para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Proposta

A CAE apresentou o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 5/2018, para estabelecer que o diretor da IFI compareça à comissão semestralmente para falar da evolução do

quadro fiscal brasileiro, das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-financeiras relevantes, com base nos trabalhos publicados pela instituição. A proposta aguarda análise do Plenário.

— O trabalho desenvolvido pela instituição tornou-se uma referência no debate público e acadêmico sobre economia e contas públicas — defendeu o vice-presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), na reunião em que foi votada a proposição.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Concentração de renda vai ser tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje uma audiência pública sobre a concentração de renda no Brasil. O pedido de realização do debate é do vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A centralização de renda também é entendida como a distribuição desigual da receita de uma economia. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017, as pessoas que faziam parte do 1% da população brasileira com os maiores rendimentos recebiam naquele ano R\$ 27.213 brutos em média. O levantamento, do IBGE, indicou que o valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 754).

Para participar do debate, foram convidados representantes de instituições de levantamentos estatísticos. Deverão comparecer à au-

diência o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Clóvis Scherer, o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Soarez, e o representante do IBGE, André Geraldo Simões.

Convidados

A lista de convidados inclui ainda a coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli, o professor de economia e consultor legislativo da Câmara Roberto Piscitelli, a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Aparecida Porto, e o diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Pedro Lopes de Araújo Neto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Rocinha e o bairro de São Conrado, no Rio: desigualdade será debatida

Direito processual do trabalho é tema de debate em subcomissão

A subcomissão responsável pela elaboração do Estatuto do Trabalho volta a se reunir na terça-feira, a partir das 9h, para debater o Direito Processual do Trabalho.

Foram convidados representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), da

Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

O vice-presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS), já informou que o relatório formalizando a proposta do Estatuto do Trabalho será apresentado na quinta-feira.

A audiência é aberta à participação da sociedade.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Paulo Paim é vice-presidente da Subcomissão do Estatuto do Trabalho

Primeira Constituinte brasileira faz 195 anos

Instalada em 3 de maio de 1823, foi a primeira representação política de caráter nacional. Apesar de ter sido dissolvida dois meses depois, é considerada o início do Legislativo



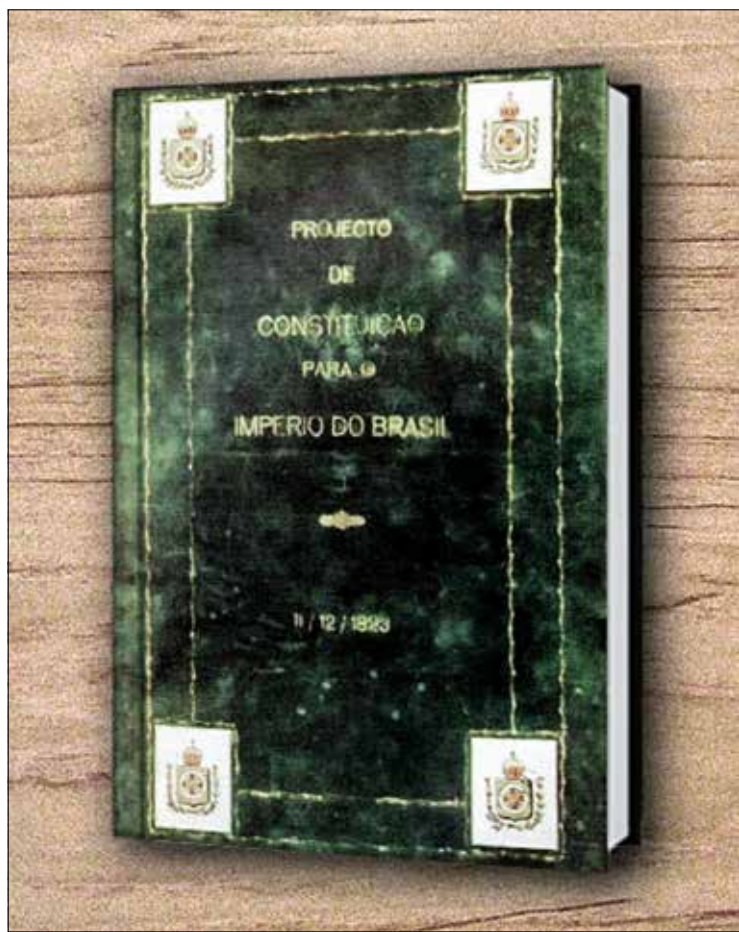
30 anos
CONSTITUIÇÃO
da CIDADANIA

NA QUINTA-FEIRA, 3 de maio, completaram-se 195 anos da instalação, no Rio de Janeiro, da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, primeira representação política em nível nacional a funcionar no país e embrião do que viria a ser o Parlamento brasileiro.

Embora tenha sido dissolvida pelo imperador D. Pedro I após seis meses de funcionamento, é reconhecida por historiadores como o início do Poder Legislativo no país, pois reuniu cidadãos brasileiros eleitos deputados para elaborar uma Constituição e dotar a nação recém-independente de novo ordenamento jurídico. Por essa razão, no dia 3 de maio, é celebrado o Dia do Parlamento.

— O trabalho da Constituinte, feito pela elite local, formou o futuro da nação e o novo ordenamento jurídico, como o funcionamento do Estado e das instituições. Fez com que o Legislativo tivesse posição decisiva no protagonismo da vida política brasileira — afirmou o historiador e consultor legislativo Marcos Magalhães.

Segundo o historiador, a elite construtora do país teve protagonismo nos dez anos seguintes. O papel de dom Pedro I



Exemplar do projeto de Constituição, pertencente à Câmara dos Deputados

não foi “tão soberano” como se imagina, pois esse segmento da sociedade, composto de magistrados, juízes, administradores de capitânicas, militares e clero, com presença discreta de profissionais liberais urbanos, teve poder de interferência até mesmo para estabelecer a pauta do governo imperial. Isso porque se aproveitou a experiência das câmaras municipais de algumas cidades mais importantes, que, de acordo

com um costume português, eram conhecidas como Senado ou Senado da Câmara.

Marcos Magalhães conta que um terço das antigas tradições do Estado português foi mantido, a exemplo dos Códigos Civil, Penal e de Processo Penal.

Constituições

Desde 3 de maio de 1823, o Brasil já teve sete Constituições. A primeira foi a de 1824 imposta por dom Pedro I após

a dissolução da Assembleia Constituinte. A atual, promulgada ao término de dois anos de trabalho dos constituintes de 1987-1988, completará 30 anos em 5 de outubro.

No dia 1º de setembro de 1823, no Plenário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (SP), relator, apresentou um projeto de Constituição com 272 artigos. Na essência, a proposta tinha teor liberalizante e de contenção do poder do monarca.

Os grandes princípios das liberdades constitucionais, as novas conquistas do sistema representativo estavam ali consagrados. Entre outros, a monarquia constitucional, a divisão do Estado em três Poderes e a Assembleia Geral constituída de duas salas: a dos deputados (eletiva) e a dos senadores (vitalícia).

Porém, a Constituinte teria vida curta, pois, dois meses depois, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia e, em março de 1824, outorgou a nova Carta, instituindo o Poder Moderador, que lhe dava amplos poderes.

A Constituinte aprovou e sancionou seis projetos de leis dos 39 apresentados, 7 requerimentos, 157 indicações e 237 pareceres, além do próprio regimento interno que norteou os trabalhos legislativos. Inúmeros artigos do projeto de

Constituição elaborado pelo relator foram incorporados à Carta outorgada em 1824.

Representação

A primeira representação parlamentar da história brasileira ocorreu nas Cortes de Lisboa, em 1821, e apenas 53 dos 75 deputados brasileiros eleitos compareceram. A Assembleia Constituinte, por sua vez, conseguiu reunir 84 de seus 100 deputados, de 14 províncias. Representava a elite política e intelectual da época, composta de magistrados, clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários, militares e professores.

As províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina não se fizeram representar por estarem envolvidas nas guerras de independência.

Em 1823, o Rio de Janeiro tinha pouco mais de 300 mil habitantes, metade deles escravos, negros forros e mulatos. Mais de 90% da população era analfabeta e pobre e estava excluída de participação política. O Brasil tinha à época cerca de 4,5 milhões de habitantes, assim distribuídos: 800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2 milhão de negros escravizados e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços.

Os documentos sobre primeira Constituinte integra o acervo da Câmara dos Deputados.

Congresso é iluminado de amarelo em alerta contra violência no trânsito

As cúpulas do Congresso estão iluminadas em alusão à campanha Maio Amarelo, com o objetivo de conscientizar a população para o número de acidentes de trânsito. A solicitação foi feita pelo diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Distrito Federal, Márcio Buzzar. Haverá dois períodos de iluminação: do dia 1º ao dia 17 e de 23 a 31 de maio.

A campanha Maio Amarelo foi aberta oficialmente no dia 26 de abril em Campina Grande (PB), cidade que se destacou nas ações desenvolvidas contra a violência no trânsito no ano passado. Durante este mês, várias ações educativas e de fiscalização ocorrem no país para alertar os motoristas. A quinta edição da campanha tem como lema “Nós somos o trânsito”, com foco na redução do número de morte e feridos graves.

Segundo Carlos Alberto Spies, superintendente de Trânsito do DER/DF, campanhas educativas como o Maio Amarelo afetam o comportamento de todos os usuários

do trânsito. De acordo com dados do DER/DF, no ano passado foram registrados 243 acidentes de trânsito com morte no Distrito Federal. Para o superintendente, os cidadãos podem contribuir para a redução dos casos de acidentes cumprindo o Código de Trânsito Brasileiro, com normas e condutas que todo motorista deve seguir.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os acidentes de trânsito são responsáveis por 1,25 milhão de mortes ao ano, um percentual equivalente a 12% do total mundial, e por 50 milhões

de feridos em todo o mundo. Acidentes por transportes terrestres são a primeira causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos. No Brasil, o trânsito é a segunda causa de morte entre jovens e adultos de 15 a 39 anos.

Projetos

No Senado, parlamentares se mobilizam para aprovar projetos que tratem dessa questão, uma estratégia para retirar o Brasil do ranking dos países com mais mortes no trânsito. Cristovam Buarque (PPS-DF) apresentou projeto de lei (PLS 1/2008) que torna

crime hediondo o acidente de trânsito com vítima fatal provocado por motoristas alcoolizados ou sob influência de outras drogas.

De acordo com a proposta, o infrator não terá direito a indulto, anistia ou graça. Além disso, o réu começará a cumprir a pena em regime fechado e a progressão será mais lenta. O projeto aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Hélio José (Pros-DF), relator da proposta, apresentou parecer favorável.

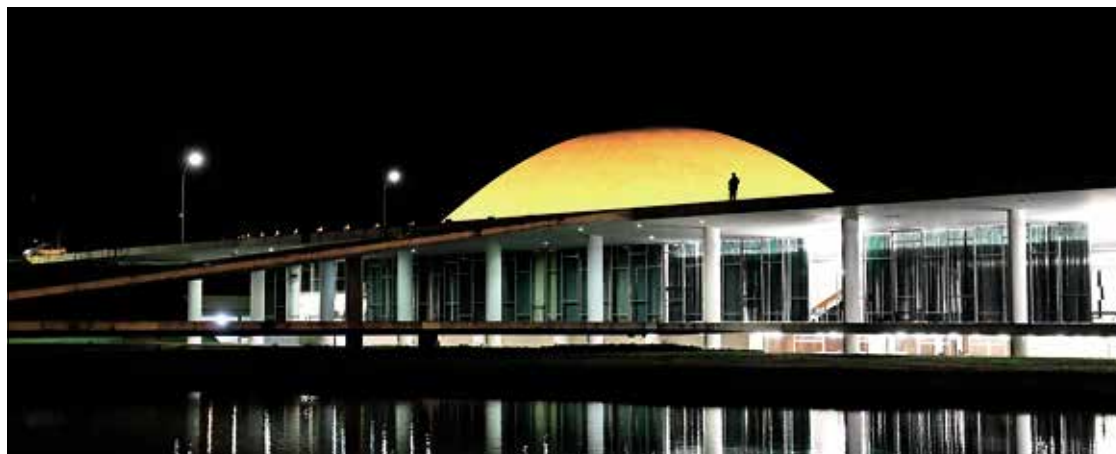
Já o PLC 144/2015, aprovado pelo Senado e transformado em lei (Lei 13.546, de 2017),

estabelece regras mais duras para punir motoristas que, em razão do uso de bebidas e entorpecentes, cometam algum crime ao volante. O projeto, da deputada Keiko Ota (PSB-SP), tipifica o envolvimento do condutor que cometa algum acidente de trânsito que resulte em lesão corporal grave ou gravíssima, em decorrência do consumo de álcool ou drogas.

A proposta dá aos juízes a prerrogativa de fixar a pena para esses crimes levando em conta as circunstâncias do crime e a culpa que o infrator teve no acidente. A pena estipulada chega a cinco anos de reclusão. No Senado, o projeto foi relatado pelo senador licenciado Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Defensoria

Entre 18 e 22 de maio, a cor amarela da iluminação das cúpulas será substituída pelo verde para lembrar o Mês da Defensoria Pública, por solicitação da presidente da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal, Mayara Lima Tachy.



Cúpula do Senado iluminada em homenagem ao Maio Amarelo chama a atenção para a busca da paz no trânsito